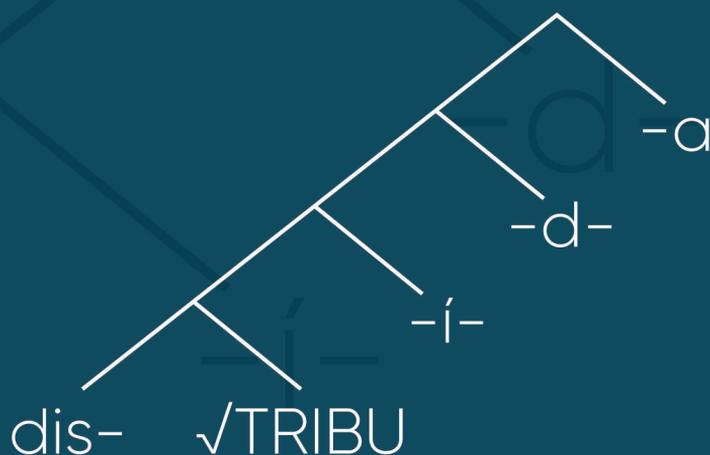


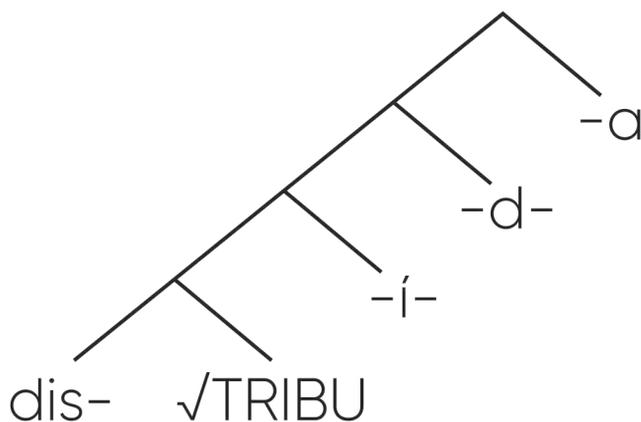
Morris Halle • Alec Marantz

A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA E AS PEÇAS DA FLEXÃO



Tradução
Beatriz Pires Santana
Maurício Resende

A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA E AS PEÇAS DA FLEXÃO





Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

Diretor da Editora UFPR

Rodrigo Tadeu Gonçalves

Vice-Diretor da Editora UFPR

Alexandre Nodari

Conselho Editorial que aprovou este livro

Allan Valenza da Silveira

Angela Couto Machado Fonseca

Claudio José Barros de Carvalho

Cristina Gonçalves de Mendonça

Fernando Cerisara Gil

José Carlos Cifuentes

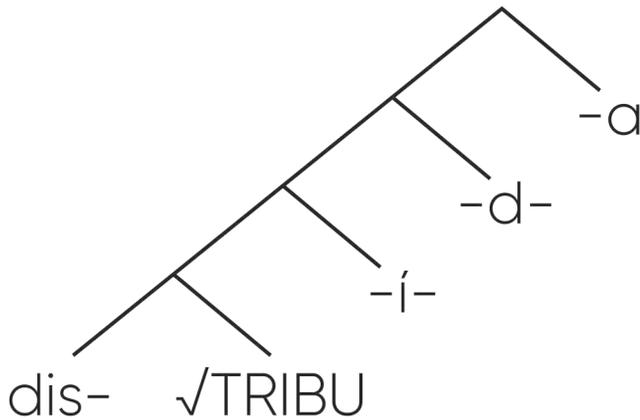
Lilian Carolina Rosa da Silva

Margarete Casagrande Lass Erbe

Prila Leliza Calado

Morris Halle • Alec Marantz

A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA E AS PEÇAS DA FLEXÃO



Tradução
Beatriz Pires Santana
Maurício Resende

Editora
UFPR

© The MIT Press, 1993
"Distributed Morphology and the pieces of inflection" by Morris Halle and Alec Marantz
in *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*,
edited by Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser

A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA E AS PEÇAS DA FLEXÃO

Coordenação editorial

Rachel Cristina Pavim

Revisão

Daniele Soares Carneiro, Victor Hugo Labrozzi e Nicola Gonzaga

Revisão final

dos tradutores

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa

Reinaldo Weber

Série Pesquisa, n. 364

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL - COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

H183m Halle, Morris, 1923-2018.

A Morfologia Distribuída e as peças da flexão \ Morris Halle, Alec Marantz;
tradução Beatriz Pires Santana, Mauricio Resende. – Curitiba: Ed. UFPR, 2020.
133 p. ; 22 cm. – (Série pesquisa, n. 364).

Tradução de: "Distributed Morphology and the pieces of inflection"

Inclui referências: p. 131-133.

ISBN 978-65-87448-18-3.

1. Linguística. 2. Filosofia. 3. Morfologia. I. Marantz, Alec, 1959- . II. Santana,
Beatriz Pires, 1987- . III. Resende, Mauricio. IV. Título. V. Série.

CDD: 410

CDU: 81-11

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

ISBN 978-65-87448-18-3

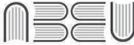
Ref. 966

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua Ubaldino do Amaral, 321
80060-195 - Curitiba - Paraná - Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br

2020


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Nós agradecemos a Eulàlia Bonet, Noam Chomsky, Rolf Noyer e, especialmente, Sylvain Bromberger por incitar e esclarecer muitas das nossas reflexões sobre morfologia. Mark Aronoff, Robert Beard, Andrew Carstairs-McCarthy, Norbert Hornstein e Rolf Noyer contribuíram com comentários cruciais em rascunho anterior deste trabalho.

Lista de abreviaturas

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
A	adjetivo
ACC	acusativo (do inglês, <i>accusative</i>)
Af	afixo
Agr	concordância (do inglês, <i>agreement</i>)
AN	animado
ATV	ativo (do inglês, <i>active</i>)
Aux	auxiliar
C	complementizador
Cl	clítico
CONJ	conjugação
D	determinante
DAT	dativo
DS	Estrutura Profunda (do inglês, <i>Deep Structure</i>)
EXCL	exclusivo
GEN	genitivo
GU	Gramática Universal
I	flexão (do inglês, <i>inflection</i>)
INAM	inanimado
INCEP	inceptivo
INCL	inclusivo
Ind	independente (núcleo das orações de ordem independente)
Infl	flexão (do inglês, <i>inflection</i>)

LF	Forma Lógica (do inglês, <i>Logical Form</i>)
MD	Morfologia Distribuída
MS	Estrutura Morfológica (do inglês, <i>Morphological Structure</i>)
N	nome
NEG	negação
NOM	nominativo
OBV	obviativo
NOBV	não obviativo
PART	particípio
PL	plural
POSS	possuidor
PRET	passado/pretérito
<i>pro</i>	prozinho (pronome nulo)
Q	interrogativa (do inglês, <i>question</i>)
RFP	Regra de Formação de Palavra
SG	singular
Spec	especificador (do inglês, <i>specifier</i>)
SS	Estrutura Superficial (do inglês, <i>Surface Structure</i>)
T	tempo
V	verbo

Sumário

Apresentação à edição brasileira / 11

Nota dos tradutores / 31

1 Morfologia com ou sem afixos / 33

2 A Morfologia Distribuída / 37

2.1 Discrepâncias entre sintaxe e morfologia / 38

2.2 Examinando a inserção de Vocabulário / 49

2.3 Alomorfia / 52

3 Inserção de Vocabulário versus reajuste / 54

3.1 A flexão verbal do inglês / 54

3.2 A flexão do inglês e a morfologia não afixal / 62

4 Morfemas zero / 67

5 Sistemas flexionais complexos: a flexão verbal independente do potawatomi / 74

5.1 Traços e afixos / 76

5.2 Identificando os morfemas / 86

5.3 Afixos como morfemas / 101

5.4 A análise de Anderson do potawatomi e do georgiano / 115

5.5 O que há no paradigma? / 120

6 Síntese e considerações adicionais: a Morfologia Distribuída e a Teoria de Checagem do Programa Minimalista de Chomsky / 123

Referências / 131

Apresentação à edição brasileira *

Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR/CNPq**)

É com enorme orgulho e prazer que venho apresentar esta tradução do texto clássico, seminal da Morfologia Distribuída (doravante MD), um quadro teórico original e extremamente fecundo, que perdeu há pouco um de seus mentores – Morris Halle faleceu no dia 2 de abril de 2018, aos 94 anos, deixando-nos todos um pouco órfãos intelectualmente... Sua contribuição à fonologia é indiscutível, já que é um dos autores do clássico *The Sound Pattern of English*, mas ele é também um dos primeiros gerativistas a responder à demanda de um modelo gerativista de morfologia, em um artigo publicado na nascente *Linguistic Inquiry* em 1973, intitulado “Prolegomena to a Theory of Word Formation”.

Esta apresentação não tem por objetivo elucidar as partes mais difíceis do texto que ora se apresenta traduzido para o português, porque esse objetivo já está sendo alcançado por vários textos introdutórios na área (uma pequena lista pode ser conferida na última seção desta Apresentação); antes, a ideia aqui é contextualizar o aparecimento, no início dos anos 1990, de uma teoria com as características que a MD tem nos quadros da morfologia gerativa tal qual desenvolvida durante os anos 1970 e 1980, apontando igualmente para os seus desdobramentos.

Por isso, a discussão aqui se organiza em quatro tópicos: uma apresentação do contexto dos estudos morfológicos que antecedem o lançamento da teoria; uma discussão sobre algumas propriedades definidoras da MD e a sua relação com os modelos anteriores em

* Gostaria de agradecer aqui aos autores da tradução – Beatriz Pires Santana e Maurício Resende – pelo convite; também a Beatriz Santana e a Alessandro Boechat de Medeiros pela leitura e pelos comentários em uma primeira versão deste texto e a Maurício Resende pela leitura da versão (quase) final. Como sempre, os erros remanescentes são exclusivamente meus.

** Bolsista PQ1D, processo número 312041/2015-2.

morfologia gerativa; a chegada do modelo ao Brasil e o seu desenvolvimento no país; e, finalmente, um esboço do cenário atual.

Contexto dos estudos morfológicos dos anos 1970 até o começo dos anos 1990

Desde o nascimento da Linguística como uma ciência autônoma para o estudo da linguagem, a ideia de morfema como a primeira unidade que associa um significante a um significado se instala no campo de conhecimento denominado “Morfologia”. Desde então, um problema que tem assombrado as teorias morfológicas é exatamente como se instaura e que características tem a relação entre som e sentido dentro do morfema (e do signo linguístico de maneira geral). Que a relação é arbitrária parece indiscutível, mas a exigência maior tem sido que o casamento entre som e sentido seja indissolúvel e, ainda mais sério, monogâmico – o que tem sido fonte de todo tipo de confusão dentro das teorias. A razão é clara: o que se observa nas línguas do mundo é que um mesmo significado pode estar associado a mais de um significante e, na direção oposta, um significante qualquer pode estar associado a mais de um significado.

O problema dentro do Estruturalismo se resolve de maneira mais ou menos direta: para as raízes ou radicais, isto é, para os morfemas lexicais, a questão é vista como sinonímia (mesmo significado, significantes diferentes) ou homonímia (mesmo significante, significados distintos), respectivamente. Por outro lado, no caso dos afixos, isto é, para os morfemas gramaticais da língua, a teoria oferece dois conceitos suplementares para o tratamento desses desencontros da situação ideal de casamento monogâmico entre som e sentido: alomorfia (várias formas, um só significado) e neutralização (uma única forma com vários significados).

Não há problema em oferecer um tratamento dessa natureza em um quadro teórico que é puramente descritivo, porque a extensão desses fenômenos não está em discussão. No máximo, o que é necessário é tentar precisar a natureza dos fenômenos. Mattoso Camara, por exemplo, em seu clássico livro, *Estrutura da Língua Portuguesa*, de 1970, entende que tanto a alomorfia quanto a neutralização podem

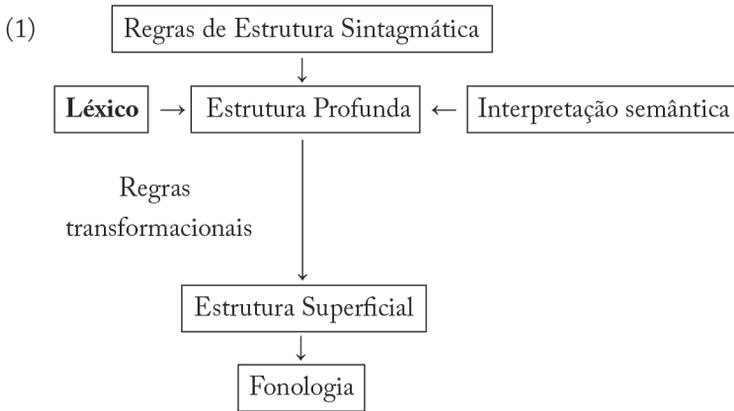
ser consequência de características da fonologia da língua (caso em que temos alomorfa ou neutralização condicionada fonologicamente) ou podem ser exclusivamente ditadas pelas características morfológicas da língua (caso em que estamos falando de neutralização ou alomorfa propriamente mórfica). E isso é tudo o que precisa ser dito.

Contudo, em um quadro como o da morfologia gerativa, que ganha forma definida a partir do início dos anos 1970 com a publicação de “Remarks on Nominalization”, de Noam Chomsky, simplesmente oferecer um modo de descrever organizadamente os fenômenos é muito pouco. Precisamos saber por que o que é de um certo modo é daquele modo mesmo e não de outro. Além disso, a própria teoria deve ser avaliada. Uma teoria que prevê muita homonímia, por exemplo – isto é, muito peso no que deve ser memorizado – deve ser preterida em prol de uma teoria com mais regras e generalizações, supostamente uma teoria mais econômica (pelo menos para a memória). Para ser justa a avaliação do Estruturalismo, é preciso notar que há um grande esforço no sentido de definir regras no campo da morfologia flexional – basta ver, por exemplo, a obra de Mattoso Camara já citada, em que o autor despende bastante energia tentando encontrar padrões de regularidade nos verbos irregulares. Contudo, para esse mesmo autor, a morfologia derivacional não é suficientemente homogênea e coerente para permitir um tratamento por regras.

Evidentemente, não é essa a expectativa de um quadro como o da Gramática Gerativo-Transformacional, que supõe a existência de um conhecimento inato para falar línguas como uma parte específica da mente humana. Se assim é, tudo deve ser regrado, ainda que seja possível pensar em regras minoritárias, ao lado de outras, com muito maior alcance. E, de fato, durante os anos 1970, prosperou no campo da morfologia derivacional a ideia de um léxico gerativo – não apenas um lugar para guardar as idiossincrasias da língua, como supunha Bloomfield (1933), mas um lugar onde se compõem palavras. É no Léxico que Aronoff (1976) e também Basilio (1980) colocam as Regras de Formação de Palavras, em um modelo mais ao estilo Item-e-Processo do que a versão Item-e-Arranjo (em geral, mais presente no Estruturalismo). Sob essa perspectiva, *re-* não é mais um

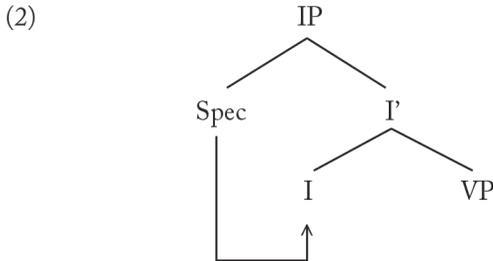
prefixo que faz parte de uma lista do dicionário da língua, mas uma regra que se aplica a uma base verbal e fornece como resultado um verbo novo com o significado (em termos superficiais) de “repetição” ou “iteração”, como vemos em *fazer* > *refazer*.

Note que esse modelo, nas versões de Aronoff e Basilio, reconhece como entidade fundamental a palavra, uma entidade já categorizada, e é sobre ela que se aplicam as operações no Léxico. No modelo em T adotado pela Teoria Gerativo-Transformacional da época, apresentado em (1) a seguir, o Léxico é aquilo que alimenta a Estrutura Profunda (a futura estrutura-D), ao lado das Regras de Estrutura Sintagmática (precursoras da Teoria X-barra, já esboçada em “Remarks”), responsáveis por distribuir os itens lexicais na estrutura, organizando-os hierarquicamente. Assim, é a partir da palavra formada que se inicia a derivação sintática que não acessa mais a formação interna da palavra – uma propriedade conhecida como opacidade morfológica.



Mas se, para a morfologia derivacional, esse conjunto de ideias parece ser bastante razoável, já não é tão claro que a morfologia flexional tenha as mesmas propriedades. Aronoff enuncia explicitamente que todo o seu trabalho diz respeito à derivação, e não à flexão, que, para ele, é sintática. Esse entendimento parece ter se firmado nas décadas de 1970 e 1980, materializado na Hipótese Lexicalista Fraca, que supõe que a derivação tem lugar dentro do Léxico, mas

que a flexão é pós-sintática, exatamente porque precisa esperar que certas configurações se estabeleçam para que a escolha dos morfemas flexionais seja feita de modo que os traços adequados sejam realizados. O caso mais claro é o da concordância entre o verbo e o sujeito da oração: é preciso esperar que o sintagma que será o sujeito da oração ocupe a posição de sujeito da sentença (Spec IP) para que o conteúdo da flexão (os traços em I) seja corretamente estabelecido – lembremos que, por hipótese, nesse modelo o verbo se move de dentro do VP para se encontrar com a flexão em I. A relação de concordância em questão aparece desenhada em (2):



É verdade que flexão e derivação enfrentam problemas parecidos, como a alomorfia: não é apenas a existência de duas formas diferentes (-*ra-* e -*re-*) como marcas de futuro que incomoda os morfólogos, mas também a existência de *i-* e *in-* como prefixos negativos para adjetivos. Todavia, a morfologia derivacional não tem que lidar com casos de sincretismo (a neutralização estruturalista) – um dos princípios que norteia o tratamento oferecido por Aronoff é justamente que cada regra escolhe uma única classe de bases e fornece uma única classe de produtos, o que implica que -*eiro* em *açucareiro* e -*eiro* em *açougueiro* sejam tratados como dois -*eiro* diferentes, já que, embora a classe da base seja sempre a mesma (um nome), os significados das palavras formadas diferem consideravelmente (um recipiente em uma, uma profissão na outra); trata-se de um caso de homonímia, portanto (se é que é possível falar de homonímia no caso de regras). Por outro lado, já é bem menos natural dizer que *cantava* e *cantava* são duas palavras diferentes porque uma tem a descrição morfossin-

tática de 1ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo enquanto a outra tem a descrição morfossintática de 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo. Dito de outro modo, a flexão tem que falar de formas de uma mesma palavra, um conceito estranho à derivação.

Além disso, certos fenômenos são mesmo exclusivos da morfologia flexional. Não faz muito sentido falar em exponência múltipla (ou cumulação, nos termos estruturalistas de Mattoso Camara Jr.) no reino da derivação, mas isso é moeda corrente na morfologia flexional: *-mos* indica ao mesmo tempo 1ª pessoa e plural. Pior: simplesmente não faz qualquer sentido falar em exponência sobreposta para a derivação, mas a flexão apresenta muitos casos desse tipo, que vão desde a abertura da vogal do radical em certos plurais, como em *olho > olhos* (em que aparentemente o plural está marcado “duas vezes”), até casos bastante robustos, como as alternâncias vocálicas de verbos como *ferir > fere > firo*, que se somam às marcas morfológicas mais canônicas de expressão da primeira e da terceira pessoas do presente do indicativo.

Na verdade, como nota Spencer (1991, p. 9), o tratamento dado para a flexão mesmo dentro do arcabouço gerativo deve fazer referência a dois conceitos clássicos básicos: o de classe morfológica e o de paradigma; a derivação só faz uso da noção de classe de palavras e não tem nenhuma necessidade de falar de paradigmas – uma noção em si controversa, é preciso dizer, mas que tinha larga aceitação no Estruturalismo, dado que esta é uma maneira de arrumar a exuberância de formas dos sistemas flexionais robustos de modo a sugerir algum entendimento sobre a distribuição dessas mesmas formas. No entanto, exatamente por conta da organização em células que os paradigmas promovem, é comum termos uma série de vezes a mesma unidade preenchendo casas diferentes, se entendemos que o paradigma deve ser inteiramente preenchido para toda a classe de palavras pertinente – é uma ideia de homogeneidade a ser questionada, mas que esteve em voga por muitos anos, inclusive dentro dos quadros gerativistas.

De qualquer modo, tanto o modelo de tipo Item-e-Arranjo quanto o modelo de tipo Item-e-Processo têm pouco a dizer sobre a

exponência múltipla e virtualmente nada sobre a exponência sobreposta, dois fatos das línguas que também comprometem a ilusão da correspondência de um para um entre forma e significado, forçando a aceitação de que a relação vigente na flexão é de muitos para muitos. E, por isso mesmo, talvez não seja uma surpresa ser na flexão o primeiro lugar onde se rejeita a ideia de morfema, isto é, de uma unidade provida de som e significado, em prol da ideia de que a sintaxe lida apenas com traços morfossintáticos abstratos, cuja realização fonológica será uma questão a ser resolvida no caminho entre a sintaxe e a fonologia no modelo T.

É de Anderson (1992) a tentativa mais bem elaborada de colocar em marcha um sistema que não possui morfemas flexionais, mas apenas feixes (de feixes) de traços que atuam na sintaxe enquanto tais e que só mais tarde, já a caminho da Fonologia, vão encontrar sua forma fonológica. Esse modelo é de tipo Palavra-e-Paradigma, na sua versão estendida, porque de fato amplia e desenvolve um conjunto de ideias que já está presente em Matthews (1972). A título de ilustração, inspirada em larga medida na discussão que Spencer (1991, p. 216-217) traz para os dados do italiano, imaginemos que o fragmento abaixo do paradigma verbal do português é o conjunto de fatos que a teoria de Anderson deve explicar. A partição morfêmica sugerida é apenas uma sugestão de partição mesmo, porque Anderson não atribui estrutura de constituição interna às palavras como atribuímos às sentenças.

(3)

Infinitivo: <i>cant-a-r</i>						
Presente do indicativo		Presente do subjuntivo		Imperfeito do indicativo		
<i>singular</i>	<i>plural</i>	<i>singular</i>	<i>plural</i>	<i>singular</i>	<i>plural</i>	
1	cant-o	cant-a-mos	cant-e	cant-e-mos	cant-a-va	cant-á-va-mos
2	cant-a-s	cant-a-is	cant-e-s	cant-e-is	cant-a-va-s	cant-á-ve-is
3	cant-a	cant-a-m	cant-e	cant-e-m	cant-a-va	cant-a-va-m

A primeira observação a fazer é como Anderson (1992) concebe os conjuntos de traços que compõem as formas do fragmento de paradigma em (3). Os traços de pessoa, por exemplo, são [+EU] para a

1ª pessoa, [+VOCÊ] para a 2ª e [-EU, -VOCÊ] para a 3ª. Portanto, a forma de 2ª pessoa do plural do presente do subjuntivo tem, em termos de conjunto de traços, a descrição que aparece em (4a) e a 3ª pessoa do singular do imperfeito do indicativo, a que está em (4b) – no caso de nosso fragmento, como não há nele imperfeito do subjuntivo, não é preciso explicitar o traço de modo:

- (4) a.
$$\begin{bmatrix} +VOCÊ \\ +PL \\ +SUBJ \\ +PRES \end{bmatrix}$$
 b.
$$\begin{bmatrix} -EU \\ -VOCÊ \\ -PL \\ +IMPERF \end{bmatrix}$$

Supõe-se igualmente um gabarito nos moldes estruturalistas, como o oferecido por Camara Jr. (1970, p. 104), segundo o qual as formas verbais exibem ordem fixa para a apresentação de seus traços: primeiro o radical, em seguida a vogal temática, logo após o tempo e o modo e, por último, a indicação da pessoa do discurso. Supondo que o radical seja inserido por outro tipo de regra, as regras morfolexicais responsáveis pela inserção dos afixos corretos são as que aparecem de (5) a (7):

- (5) i)
$$\begin{bmatrix} +SUBJ \end{bmatrix}$$

$$/X/ \rightarrow /X + e/$$
 ii)
$$/X/ \rightarrow /X + a/$$
- (6)
$$\begin{bmatrix} +IMPERF \end{bmatrix}$$

$$/X/ \rightarrow /X + va/$$

- (7) i) $\left[\begin{array}{l} +\text{EU} \\ -\text{PL} \\ +\text{PRES} \\ +\text{IND} \end{array} \right]$ /X/ → /X + o/
- ii) $\left[\begin{array}{l} +\text{VOCÊ} \\ +\text{PL} \\ +\text{IMPERF} \end{array} \right]$ /X/ → /X + eis/
- iii) $\left[\begin{array}{l} +\text{EU} \\ +\text{PL} \end{array} \right]$ /X/ → /X + mos/
- iv) $\left[\begin{array}{l} +\text{VOCÊ} \\ +\text{PL} \end{array} \right]$ /X/ → /X + is/
- v) $\left[+\text{VOCÊ} \right]$ /X/ → /X + s/
- vi) $\left[+\text{PL} \right]$ /X/ → /X + m/

Observemos primeiramente que essas regras operam de forma a adicionar um conjunto de segmentos fonológicos à direita da forma gerada até ali, o que quer dizer que estamos frente a um processo de sufixação. Observemos também que os blocos são ordenados rigidamente de modo que as regras em (5) precedem necessariamente as em (6) ou (7), por exemplo, mas, internamente aos blocos, as regras são disjuntivamente ordenadas, o que quer dizer que, quando uma regra do bloco se aplica, as demais são irrelevantes e estamos autorizados a ir para o próximo bloco. A ordem interna das regras dentro de um bloco segue a *Condição Alhures* (uma tradução bem-humorada para a *Elsewhere Condition*, formulada por Kiparsky (1982) e amplamente aceita desde então): se várias regras podem se aplicar e dentre elas há uma regra mais específica, é essa que vence a “competição”. Note que, pelo critério da especificidade, não há qualquer ordenação entre, por exemplo, as duas últimas regras do bloco em (7).

Há ainda uma série de problemas que teriam que ser resolvidos por regras fonológicas de alguma natureza – por exemplo, na primeira pessoa do singular, a vogal temática inserida pela regra (5ii) deve

ser suplantada pela vogal referente à 1ª pessoa inserida pela regra (7i), isso para não mencionar o fato de que outra análise poderia ser sugerida para resolver o caso da 2ª pessoa do plural do imperfeito do indicativo, se levarmos a sério a partição oferecida por (3).

Essa teoria de Anderson, publicada em 1992 em seu livro *A-morphous Morphology*, traz uma concepção de morfologia que difere numa boa medida da concepção baseada na ideia de morfema, uma unidade de significante e significado, que vigorava no Estruturalismo e também em muito da Morfologia Gerativa até o início dos anos 1990. A morfologia flexional de Anderson assenta a ideia de que a realização fonológica para um certo conjunto de traços não deve ser identificada com o conjunto de traços em si; na verdade, o problema da realização fonológica deve ser resolvido no componente fonológico, caracterizando-se, portanto, como uma teoria de inserção tardia dos segmentos fonológicos. Essa é uma das ideias que a Morfologia Distribuída vai levar às suas últimas consequências.

Nesse rápido histórico, pudemos apreciar um conjunto de problemas com os quais os estudos morfológicos se debatem há tempos, que são, basicamente, os seguintes: a ideia de morfema como a união indissolúvel de um significante com um significado é insustentável, por conta do tipo de beco sem saída teórico ao qual ela nos leva. Supor que as operações morfológicas se dão dentro do Léxico e que elas se dão sobre as palavras e não sobre os morfemas não resolve inteiramente o problema, primeiramente porque possivelmente isso implica em reduplicar os mecanismos geradores da sintaxe dentro de outro lugar, mas também porque, nesse caso, é inexorável a separação de operações morfológicas como derivação e flexão, que são fundamentalmente idênticas do ponto de vista estritamente morfológico, ainda que exibam propriedades distintas. Sob esse ponto de vista, supor que não existem morfemas nesse sentido tradicional de união de significantes e significados pode ser uma boa hipótese, mas é preciso tentar alcançar a maior generalização possível com ela.

Principais propriedades da MD: continuidade e ruptura

Inegavelmente há um conjunto de ideias absolutamente inovadoras na MD colocadas desde a sua primeiríssima versão – esta que vem a público em português neste livro. Quatro dessas ideias devem ser destacadas aqui: (i) a inexistência de um léxico gerativo; (ii) a existência de um único mecanismo que constrói tanto sentenças quanto palavras; (iii) a inserção tardia; e (iv) a subespecificação dos itens de Vocabulário.

Talvez a propriedade mais claramente inovadora e surpreendente da MD seja a suposição de que o Léxico tal qual concebido pela tradição das teorias morfológicas, incluindo a tradição gerativista, não existe. A hipótese de um superléxico, capaz de gerar formas e fornecer todas as informações necessárias (e não necessárias também) de qualquer item lexical acaba se defrontando com um conjunto de problemas que é muito maior do que o conjunto de soluções que ela fornece, como tivemos a oportunidade de revisar rapidamente na seção anterior – mas o leitor certamente já teve a ocasião de avaliar mais longamente o problema em manuais de morfologia ou mesmo de linguística geral. Além disso, a parcimônia, em termos de mecanismos teóricos, recomenda que a gramática tenha um único mecanismo gerativo, se for possível mostrar que o que ele faz dentro do suposto superléxico e fora dele é fundamentalmente a mesma coisa: construir estruturas hierárquicas.

Portanto, como consequência direta da primeira característica da MD, temos a segunda propriedade dessa teoria: a hipótese de que todas as estruturas hierarquizadas dentro da língua são geradas por um único mecanismo: aquele que usamos para gerar as sentenças. Se há algo de especial com as estruturas morfológicas que deve receber atenção adicional, um lugar dentro da arquitetura da gramática estará reservado para essas operações de ajuste final, digamos assim.

Mas é evidente que devemos ter algum lugar para guardar informações sobre o que historicamente chamamos de “palavras” ou “itens lexicais” – a inexistência de um grande léxico gerativo não invalida a hipótese de pequenos repositórios (crucialmente não gerativos) de informações diversas, necessárias para a formação das sentenças bem

formadas que usamos em qualquer língua. A MD prevê a existência de três listas distintas com essa função: a Lista 1 é o repositório de (contêineres para) raízes e de feixes de traços morfossintáticos, que são os traços aos quais a sintaxe aplica suas operações de concatenar e mover, por exemplo. Quando a derivação sintática estiver concluída, as estruturas geradas são enviadas para um componente morfológico que ainda pode fazer ajustes finais nessa estrutura, fusionando, fissionando ou empobrecendo nós sintáticos; essas operações, no entanto, devem ser bastante restringidas e são justificadas na exata medida em que os ajustes feitos permitirão a inserção das formas fonológicas aos nós sintáticos, que estão alojadas na Lista 2. Aqui estamos frente à terceira característica da MD: a inserção tardia – ou seja, as peças fonológicas não fazem parte da derivação sintática, mas são uma questão a ser resolvida depois que toda a computação estrutural já foi feita.

A última propriedade distintiva da MD também entra em jogo aqui: para que uma certa peça fonológica seja inserida num determinado nó sintático, não é preciso que haja correspondência biunívoca entre o número de traços do nó e da peça fonológica; contudo, é muito importante que não haja traços na peça fonológica que não estejam presentes no nó ou que, pior, colidam com traços presentes ali. Assim, uma peça fonológica pode possuir menos traços do que os exibidos pelos nós sintáticos, isto é, a peça fonológica pode ser subespecificada. O que garantirá a interpretação do conjunto completo de traços é a observação do ambiente sintático em que a forma ocorre – um exemplo simples, dado por Medeiros (2008), é a interpretação do morfema de particípio em português: a peça fonológica é sempre a mesma *-(a/i)do*, mas a interpretação de particípio passivo vem do fato de que a forma ocorre numa estrutura que exhibe o auxiliar *ser*, enquanto a interpretação ativa é fruto de uma estrutura com o auxiliar *ter*. E essa é uma conclusão interessantíssima: não é apenas a forma fonológica que conduz a um significado, mas a estrutura também cumpre esse papel. Nós interpretamos estruturas, não apenas combinações de som e sentido.

Finalmente, após a inserção dos itens de Vocabulário (como são chamadas as peças fonológicas que se alojam na Lista 2), as estruturas geradas já linearizadas são enviadas para a interface conceitual,

onde entra em cena a Lista 3, que é a Enciclopédia, repositório da informação referente ao conhecimento de mundo que o falante tem, que lhe permite atribuir significados particulares para as expressões em jogo. *Grosso modo*, portanto, o superléxico das teorias morfológicas tradicionais é substituído por três repositórios distintos que contêm conjuntos específicos de informações e que são acessados em diferentes momentos da derivação (daí “distribuída”): o primeiro contém informações referentes a traços formais, o segundo, referente a traços fonológicos e o terceiro, a propriedades semânticas.

Não é difícil ver como uma teoria desse tipo resolve problemas históricos da morfologia, em particular aqueles concernentes a todo tipo de desencontro entre forma e interpretação, que atormentava os morfólogos adeptos da noção de morfema tradicional: se a informação fonológica é inserida *a posteriori* e ela pode ser subspecificada, a rigor não há desencontros. A noção de morfema enquanto tal não existe mais, embora o termo “morfema” continue sendo usado para fazer referência ao conteúdo dos nós sintáticos.

A esse ponto também o leitor pode ver em que sentido a MD é a radicalização total da teoria de Anderson: não há morfema, em seu sentido tradicional, em lugar algum, nem no reino flexional nem no derivacional; o que há são arranjos de feixes de traços semântico-formais, por um lado, e peças fonológicas (e não regras), por outro. E, mesmo no âmbito da morfologia flexional, o texto de Halle e Marantz (1993), que ora se apresenta traduzido, vai debater diretamente com a hipótese defendida por Anderson, mostrando a superioridade do tratamento oferecido pela MD quando nos defrontamos com sistemas complexos como o do georgiano ou o do potawatomi, discutido longamente no texto.

Evidentemente, a teoria teve ajustes e desenvolvimentos importantes posteriores a este texto seminal – lá se vão 26 anos desde a sua publicação! No entanto, o conjunto de ideias que inauguraram o quadro permanece fundamentalmente o mesmo, porque se revelou um arcabouço com vários desdobramentos possíveis, todos muito ricos em consequências teóricas e poder preditivo e heurístico. Veremos na última seção alguns de seus desenvolvimentos. Antes, porém, vejamos como esse quadro foi recebido no Brasil.

Repercussão no Brasil

Cedo formou-se um grupo no Brasil interessado nesse novo quadro teórico. Como mostra um artigo da *Relin* publicado em 2012 na UFRJ, Miriam Lemle se encantou com a Morfologia Distribuída quando teve contato com o seu texto fundador (esse que se apresenta traduzido neste volume) e, à medida que foi tendo contato com textos subsequentes, dentre os quais se destaca Marantz (1997) – este também já traduzido e publicado pela ReVEL em 2015, num número inteiramente dedicado à MD –, já foi pautando o estudo desse quadro teórico em suas aulas da pós-graduação. Portanto, antes da virada do século já se discutia MD na UFRJ. Em março de 2003, na ABRALIN, Heidi Harley foi convidada para dar um curso sobre essa teoria, que nesse ponto já era conhecida mais amplamente no Brasil: operando sob os pressupostos da MD, Ana Paula Scher estava para terminar sua tese de doutorado sobre verbos leves (a primeira em MD no Brasil) e eu mesma, em estágio pós-doutoral em Portugal, trabalhei com João Costa numa análise comparativa da concordância verbal e nominal no português brasileiro e no português europeu.

Em agosto de 2004, por iniciativa de Ana Paula Scher, instalou-se na USP o Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída (GREMD), um grupo de estudos inicialmente dedicado à leitura de textos desse arcabouço teórico, mas que logo se tornou um grupo de discussão de trabalhos desenvolvidos pelos estudantes, primeiramente de graduação e logo de pós-graduação. Os temas de estudo foram os mais diversos: da marcação de caso e definitude em hebraico até a formação de *blends* no PB, passando por prefixação e composição em japonês e formação e interpretação de verbos denominais. Mais recentemente, produziram-se ali trabalhos sobre participios inovadores no PB, sobre morfologia e estrutura argumental de verbos parassintéticos e sobre aumentativos e diminutivos no PB e em outras línguas românicas, dentre outros trabalhos.

Na UFRJ, o trabalho cresceu e deu frutos, porque os autores de algumas das teses orientadas por Miriam Lemle em MD acabaram se concursando e integrando o quadro de professores daquela insti-

tuição. Esse é o caso de Alessandro Boechat de Medeiros, que defendeu seu doutorado em 2008, sobre participípios, assim como de Anieli Improta França e de Aleria Cavalcante Lage, com trabalhos que exploram experimentos psicolinguísticos. Miriam Lemle orientou também um trabalho sobre LIBRAS e um outro sobre neologismos em Guimarães Rosa. Essa diversidade mostra a pujança desse quadro teórico, sua flexibilidade e sua fertilidade.

Na UFSC, a primeira tese de doutorado nesse quadro teórico é sobre o sistema de clíticos do PB, defendida em 2006; duas outras teses desenvolvidas ali e defendidas em 2010 versam uma sobre a distribuição de certas partículas em japonês e a outra sobre derivação prefixal. Na UFPR, acaba de sair do forno a primeira tese em MD, que se debruça sobre o problema das vogais temáticas verbais e nominais. Mais recentemente, também a UNICAMP dá a sua contribuição de pesquisadores em MD para o Brasil – por exemplo, Maria Luiza Freitas defendeu em 2014 uma tese sobre nominalizações e agora integra como docente os quadros da UFPE.

Mas é inegável que é a USP, com o grupo formado ali por Ana Paula Scher, que começa um processo de alastramento dessa teoria no Brasil, hoje consolidado. Os alunos formados ali estão atualmente trabalhando em diversos lugares do Brasil, difundindo a teoria pelos quatro cantos do país: Rafael Minussi e Indaiá Bassani são professores na UNIFESP, Paula Armelin e Aline Rodero-Takahira são professoras na UFJF, Janayna Carvalho na UFMG, João Paulo Lazzarini Cyrino na UFBA, para mencionar apenas alguns deles.

O que une todos esses pesquisadores e esses trabalhos é a percepção de que, de fato, a MD apresenta uma maneira nova de conceber o que é a morfologia e, por isso mesmo, vários fenômenos morfológicos, incluindo velhos problemas, recebem uma formulação completamente nova. Aliás, o que esses estudiosos observam é que, ao lado das quatro propriedades inovadoras mencionadas explicitamente no texto de Halle e Marantz (1993), poderia ser acrescentada mais uma pequena série delas, incluindo a ideia de que as raízes são acategoriais (isto é, não são nomes ou verbos, que devem depois mudar de categoria, lançando mão, para isso, da morfologia derivacional) ou a ideia de que lemos a estrutura (existe uma parte do significado que

vem da estrutura sintática, dos núcleos funcionais com os quais a raiz se relaciona, ao lado do significado mais ou menos vago da própria raiz). O leitor terá a oportunidade de, lendo o texto a seguir, encontrar talvez alguma outra ideia que, mesmo não sendo completamente nova, é inovadora nesse novo contexto.

À guisa de conclusão: o cenário atual

Vinte e seis anos depois do texto fundador, que ora é apresentado aqui como tradução, a MD se revela um quadro sólido, fértil, pleno de potencialidades. Muitos problemas morfológicos têm sido abordados com sucesso e vários traços da própria teoria têm sido trabalhados em detalhe, de modo a oferecer um quadro mais compreensivo. Aliás, em 1994, o ano seguinte à publicação do primeiro texto da MD, os mesmos autores publicaram um outro pequeno texto intitulado “Some key features of Distributed Morphology”, onde, pela primeira vez, são sistematizadas de forma didática as propriedades de *syntactic structure all the way down* (‘estrutura hierárquica por toda a derivação’), *underspecification* (‘subespecificação’) e *late insertion* (‘inserção tardia’), que discutimos anteriormente. Também o conceito de empobrecimento é formulado de maneira interessante como *retreat to the general case* (‘recoo para o caso geral’).

Além disso, na medida em que certos conceitos vão sendo incorporados à teoria, novos problemas podem ser resolvidos com elegância. Um exemplo é o problema da opacidade da palavra, um argumento histórico do lexicalismo contra teorias mais sintáticas da formação de palavras: se as regras sintáticas não podem fazer referência a elementos internos às palavras, como defender que as palavras sejam objetos sintáticos? Uma resposta possível para essa questão está na ideia de derivação por fases, do Programa Minimalista (CHOMSKY, 2001), adotada por Marantz (2001): o primeiro núcleo funcional que se associa à raiz determina uma fase. Se esse é o caso, a partir do momento que uma raiz acategorial sofre sua primeira categorização, essa formação já é enviada para a fonologia, de modo que, a rigor, a formação não faz mais parte desse ciclo de derivação; não é surpreendente, portanto, que não possamos mais fazer

referência a nenhum elemento que constitui a formação. Adicionalmente, o seu significado já está negociado também na Enciclopédia, o que quer dizer que, a partir daí, na derivação subsequente em que ela se integra, esperamos que seu significado seja composicional.

Um assunto ainda candente é o estatuto das raízes na derivação. A formulação que apresentamos no texto foi bastante vaga, no sentido de não se comprometer com a hipótese de que as raízes estão na Lista 1 (ou em uma lista separada que é acessada junto com a Lista 1), onde já dispõem de seus traços fonológicos. A alternativa é pensar que o que temos na Lista 1 é um contêiner da raiz (uma tradução aproximada de *placeholder*, em inglês), e assim também as raízes serão inseridas tardiamente, integrando a Lista 2, juntamente com as outras peças fonológicas. A decisão depende um pouco de quão distante se entende que esse processo de inserção de matriz fonológica nas raízes está daquele que insere fonologia em traços formais.

Finalmente, uma pequena lista de introduções à Morfologia Distribuída: há um capítulo de Ana Paula Scher no livro *Novos caminhos da Linguística*, publicado em 2017, que trata especificamente da MD; além disso, o livro de Maria Cristina Figueiredo Silva e de Alessandro Boechat de Medeiros de 2016, intitulado *Para conhecer: Morfologia*, tem, em seu último capítulo, uma ótima introdução ao arcabouço teórico da MD, com muitos exemplos do português e uma discussão bastante atualizada dos problemas que estão sendo enfrentados atualmente pelos pesquisadores. Além disso, inúmeras teses de doutorado defendidas na UFRJ, na USP, na UFSC e na UNICAMP, sempre fazem, em seus capítulos iniciais, uma apresentação do modelo, com detalhamentos mais ou menos específicos, a depender do tipo de discussão que a tese se propõe a debater. Estão nessa lista a tese de doutorado de Alessandro Boechat de Medeiros, da UFRJ, defendida em 2008, a de Rafael Minussi, defendida em 2012, e a de Indaiá Bassani, defendida em 2013, dentre muitos outros trabalhos.

Para os que dominam o inglês, outras possibilidades estão abertas. Rolf Noyer, por exemplo, na sua página na Universidade da Pensilvânia, mantém um arquivo de perguntas frequentes sobre MD que pode ser muito útil para aqueles que ainda não dominam bem os conceitos do quadro. Um texto já clássico para este fim é o de

Harley e Noyer, intitulado *State-of-the-Article: Distributed Morphology*, publicado em 1999, onde aparece um desenho da estrutura da gramática proposta pela MD que é bem esclarecedor. Há ainda um texto muito interessante de David Embick e Rolf Noyer intitulado “Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface”, publicado em um livro sobre interfaces que nem é tão novo (já tem mais de dez anos), que discute uma série de problemas, incluindo o de a MD incluir material “ornamental”, como concordância morfológica visível ou morfologia casual, em uma visão muito pouco ortodoxa de concordância, seja no campo da morfologia, seja no campo da sintaxe. Mais recente e sem dúvida interessante é o livro de 2013 intitulado *Distributed Morphology Today*, uma homenagem a Morris Halle, mas aqui já estamos mais longe de um texto introdutório... De toda forma, o êxito de um tratamento como esse tem sido um argumento forte a favor dele, como de resto muitas das asserções teóricas da MD que poderiam parecer estranhas à primeira vista, mas que têm se provado muito precisas e frutíferas.

Que a leitura do texto seminal da Morfologia Distribuída seja para você, leitor, a primeira de muitas dentro desse arcabouço teórico. Divirta-se!

Referências

- ANDERSON, S. R. *A-Morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ARONOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.
- BASILIO, M. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BASSANI, I. S. *Uma abordagem localista para morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2013.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, 1933.
- CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CHOMSKY, N. Remarks on Nominalizations. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (eds.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn, 1970. p. 184-221.
- _____. Derivation by Phases. In: KENSTOWICZ, M.; HALE, K. (eds.). *A Life in Language*. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.
- EMBICK, D.; NOYER, R. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, G.; REISS, C. (eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 289-324.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C.; MEDEIROS, A. B. de. *Para conhecer: Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2016.
- HALLE, M. Prolegomena to a Theory of Word Formation. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- _____. Some Key Features of Distributed Morphology. In: CARNIE, A.; HARLEY, H. (eds.). *MIT Working Papers in Linguistics: Papers on Phonology and Morphology*, v. 21. Cambridge, MA: MIT Press, 1994. p. 275-288.

HARLEY, H.; NOYER, R. *State-of-the-Article: Distributed Morphology*. University of Pennsylvania, 1999. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0588/f4806792d4bb2220407ff51b49e7e30dcd5.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

KIPARSKY, P. Lexical Morphology and Phonology. In: YANG, S. (org.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982. p. 3-91.

MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of your own Lexicon. In: DIMITRIADS, A.; SIEGEL, L. *et al.* (eds.). *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics – Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, 1997, v. 4, n. 2, p. 201-225.

MATTHEWS, P. H. *Inflectional Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

MEDEIROS, A. B. de. *Traços morfossintáticos e subespecificação morfológica na gramática do português: um estudo sobre as formas participiais*. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

MINUSSI, R. D. *Os sabores do nome: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2012.

SCHER, A. P. *As construções com o verbo leve dar e as nominalizações em -ada no Português do Brasil*. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2004.

_____. Morfologia distribuída: formação de palavras na sintaxe. In: FIORIN, J. L. (org.). *Novos caminhos da linguística*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 37-60.

SPENCER, A. *Morphological Theory: an Introduction to Word Structure in Generative Grammar*. Oxford & Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1991.

Nota dos tradutores

A abordagem formal dos estudos da linguagem vem, cada vez mais, ganhando espaço nas pesquisas em Linguística dentro e fora do Brasil; mais especificamente, sobretudo nas duas últimas décadas, os estudos em Morfologia têm ganhado destaque nas pesquisas linguísticas, e os fenômenos morfológicos (e de suas interfaces) têm servido de base, inclusive, para uma nova organização de aspectos centrais da Gramática Gerativo-Transformacional.

Nesse cenário, o objetivo desta tradução é não apenas disponibilizar ao público brasileiro o acesso, em português, ao texto seminal da teoria da Morfologia Distribuída, mas também facilitar a sua leitura e compreensão. Para tanto, nós acrescentamos, além do sumário e da lista de abreviaturas, notas de tradução sempre que julgamos necessário, seja para esclarecimento de trechos do original, seja para ilustrar com exemplos do português alguns fenômenos que são originalmente ilustrados com dados do inglês – mantidos no corpo do texto. Adicionalmente, incluímos títulos para os exemplos – quando ausentes no original – de modo a otimizar a leitura.

Além disso, o texto conta com aproximadamente sessenta exemplos de três línguas diferentes (inglês, georgiano e potawatomi), aos quais nós acrescentamos glosas, ausentes no texto original, para facilitar a compreensão desses dados, que são utilizados para ilustrar, elucidar e motivar os mecanismos propostos pelos autores. Por tudo isso, esperamos que esta tradução torne mais acessível a imersão dentro do modelo da Morfologia Distribuída e dos estudos formais em Linguística de uma maneira geral.

Beatriz Pires Santana

Maurício Resende